



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 346/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE nº 2206/2013**

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação - SECTI.

**4- Exercício:** 2012.

**5- Responsável:** Sr. Odenildo Teixeira Sena, Secretário da SECTI.

**6- Unidade Técnica:** DICAD/AM - Relatório Conclusivo nº 70/2013 (fls. 2515/2534) e Informação nº 174/2014.

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2846/2014, da lavra do Procurador de Contas Ademir Carvalho Pinheiro.

**8- Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação - SECTI. Exercício de 2012.

*Contas regulares com ressalvas. Quitação. Determinação à SEPLENO.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/A, **por maioria, nos termos do voto-vista do Exmo. Sr. Conselheiro Raimundo José Michiles, em divergência** com o posicionamento exarado pelo Órgão Ministerial, no sentido de:

**9.1 – Julgar REGULAR, COM RESSALVAS**, nos termos do artigo 40, inciso II, da Constituição Estadual de 1989 c/c o artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei n 2423/1996 - LOTCE, artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE, a Prestação de Contas, referente ao exercício de 2012, da Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia e Inovação - SECTI, de responsabilidade do Senhor **Odenildo Teixeira Sena**, Secretário e Ordenador de Despesas, à época;

**9.2 - Dar quitação ao Sr. Odenildo Teixeira Sena**, nos termos dos artigos 24, da Lei n. 2423/1996 - LOTCE, c/c art. 189, II, da Res. n. 4/2002 – RITCE;

**9.3 - Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que após a ocorrência da coisa julgada administrativa, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 (RITCE), adote as providências previstas no artigo 162, §1º, do Regimento Interno.

**Vencido o Relator, que votou pela irregularidade das contas, aplicação de multa, recomendação à origem e notificação ao interessado. Vencido o Conselheiro Julio Cabral que o acompanhou.**

**10- Ata:** 20ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 03 de junho de 2015.



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 346/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**

Conselheiro-Presidente

**RAIMUNDO JOSÉ MICHILES**

Conselheiro-Redator

**ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA**

Procurador-Geral